

**PROGRAMA UNIFICADO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA APOIO E FORMAÇÃO DE  
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO (PUB-USP)**

**MODALIDADE: EXTENSÃO**

**TÍTULO: Plano Participativo de Ação Territorial na São Remo**

**Professor responsável: José Eduardo Baravelli**

**RESUMO**

Este projeto de extensão universitária se propõe a promover um Plano Participativo de Ação Territorial na São Remo em conjunto com a Prefeitura do Campus da USP da Capital (PUSP-C), articulando as várias organizações presentes no território, seus moradores e representantes, além de comerciantes e trabalhadores. O objetivo é levantar as diversas demandas e necessidades da comunidade relativas à transformação territorial da área, com vistas à: 1. Promover anteprojeto urbanístico participativo de maior integração da mesma com a comunidade e com o Campus da USP; 2. Propor projeto preliminar participativo de melhorias urbanas no território. Trata-se de projeto de continuidade de anterior PUB-Pesquisa realizada na FAU, “Diretrizes para intervenção em favelas: Um olhar sobre a São Remo”, que levantou elementos que subsidiarão o processo participativo proposto neste atual projeto de extensão.

O projeto é interdisciplinar e inclui estudantes da Escola Politécnica (POLI), da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (FAU), e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). O presente projeto direciona-se a duas vagas para estudantes da POLI ou POLI/FAU, que integrarão esta pesquisa com suas habilidades específicas.

**JUSTIFICATIVA**

Os conceitos de *autoconstrução* e *periferia* começaram a ser construídos a partir das primeiras incursões em território periférico, ainda nos anos 1970, a partir de pesquisas sobre a situação da moradia dos trabalhadores urbanos e de sua produção baseada na autoconstrução em lotes vendidos em loteamentos sem infraestrutura ou equipamentos

urbanos (LEMOS, SAMPAIO, 1978 e 1994; MARICATO, 1979; PASTERNAK, MAUTNER, 1982).

O Ensaio de Francisco de Oliveira (1982) publicado nos Estudos Cebrap em 1972 contrapondo-se à teoria da marginalidade predominante na produção da época, indicou conexões entre o desenvolvimento capitalista e a expansão urbana. Estes estudos alargaram a compreensão da autoconstrução da moradia, ao reconhecê-la como um expediente de rebaixamento dos custos da reprodução da força de trabalho. Ou seja, a autoconstrução como processo fundamental na reprodução social e na fixação dos 'pobres' nos centros urbanos, quer nos loteamentos irregulares quer nas ocupações da terra (MAUTNER, 2017).

Passadas mais de quatro décadas, continua o quadro de precariedade urbana e da moradia popular. As incursões nos bairros populares e favelas em São Paulo e Medellín vistas na pesquisa realizada entre 2014-2016 (ZUQUIM, MAZO, MAUTNER, 2017) revelaram que houve mudanças nas suas dinâmicas urbana e social. Enquanto a autoconstrução persiste como expediente para acessar a moradia e a cidade, várias transformações têm ocorrido nas últimas décadas, tais como a chegada da infraestrutura; implantação de equipamentos sociais de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esporte; intensificação do comércio e serviços – sucursais de bancos, bares, padarias, cabeleireiros, lojas de eletrônicos, roupas, restaurantes; novas manifestações culturais como festas de rua, 'pancadões'.

Estudos recentes sobre essas novas dinâmicas trazem novas interpretações da realidade nestes territórios, com suas distinções e especificidades, em contraponto à força homogeneizadora que iguala e reduz os espaços da cidade. Estes partem do olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) onde “situações periféricas” não são tidas apenas como o lugar da informalidade, incivilidade e violência, mas como o lugar que leva a reconhecer o “outro” como sujeito de interesses válidos, valores e demandas legítimas (FELTRAN, 2010).

O processo de consolidação da periferia de São Paulo, especialmente das favelas, está trazendo uma acirrada disputa pelo espaço devido à intensificação do uso do solo. Sua densidade territorial e populacional também foi acompanhada de uma maior presença de organizações, coletivos, associações, movimentos e toda uma gama de projetos sociais que dinamizaram as relações de mobilização e representação política, trazendo novos desafios para projetos de intervenção territorial, que passam a lidar com uma complexidade maior de forças sociais atuantes.

Entendendo a importância de atuação conjunta e coordenada com os moradores e seus representantes, além de trabalhadores, pequenos comerciantes e redes de solidariedade e de mobilização atuantes no território da São Remo, o projeto se propõe a promover um Plano Participativo de Ação Territorial na São Remo em conjunto com a Prefeitura do Campus da USP da Capital (PUSP-C). O objetivo é levantar as diversas demandas e necessidades da comunidade relativas à transformação territorial da área, com vistas a: 1. Promover anteprojeto urbanístico participativo de maior integração da mesma com a comunidade e com o Campus da USP; 2. Propor projeto preliminar participativo de melhorias urbanas no território.

A favela São Remo é parte e aparte à Universidade de São Paulo. A história da Favela São Remo se confunde com a da Universidade de São Paulo, próximas fisicamente e distantes socialmente. Desde o início de sua ocupação, no final dos anos 1960, a relação entre elas foi forjada conflituosamente pela proximidade, dependência, tolerância, rejeição, mas sempre mediada pela dependência nas relações de trabalho – e cada vez mais como local de moradia estudantil.

Seu adensamento populacional, e conseqüentemente sua consolidação urbana, foi dado pela demanda de mão de obra para a construção das primeiras unidades da Cidade Universitária, e logo, até os dias atuais, pela demanda de mão de obra para postos de trabalho em serviços gerais, favorecidos pela proximidade entre elas<sup>1</sup>.

As conquistas e os conflitos são antigos. Depois de muita luta da população, representada pelo Movimento das Favelas Unidas do Butantã, chega a São Remo, em 1979, os serviços públicos de luz e água. Na época, as reivindicações não se restringiam apenas a ligação de água e luz, mas também a melhoria da estrutura viária (guias e sarjetas), serviços públicos de educação e saúde (creches e posto de saúde), saneamento (rede de esgoto, canalização dos Córregos e coleta de lixo), policiamento e, principalmente, a permanência da população no local, a através de uma proposta de parcelamento da terra com a aquisição de lotes pelos moradores. E, desde esta época, a luta pela permanência no local e pela urbanização continuam sendo as principais reivindicações da comunidade, como na maioria das favelas da cidade.

Se por um lado, sempre se tolerou silenciosamente a existência da Favela São Remo pela conveniência mútua da proximidade de mão de obra para serviços da construção civil e

---

<sup>1</sup> Segundo o “Diagnóstico Preliminar Sócio territorial do Assentamento São Remo”, CDHU, 2016, 70% das moradias têm ao menos um trabalhador dentro da USP.

gerais, por outro, sempre ficou em risco a sua permanência, prevalecendo o esquecimento dos direitos sociais da comunidade, quer pelo falso dilema da “propriedade da terra” quer pelos riscos de ter um vizinho cunhado pelo estigma da violência e criminalidade, atribuído historicamente a São Remo. A São Remo foi e ainda é retratada pela mídia, em sequências de reportagens, por temas de violência, marginalidade e pobreza, da mesma forma que na maioria das favelas brasileiras.

A construção do muro entre a USP e a Favela São Remo, finalizada em 1997, foi a resposta institucional encontrada para os problemas da violência no Campus, problemas estes sempre atribuídos aos moradores da Favela, confirmados ou não. Este muro emblematicamente materializou a separação física e simbólica entre a São Remo e a USP. Uma divisão clara e objetiva, carregada de valores e significados que separou vizinhos, se anteriormente eram muros invisíveis, agora as desigualdades estão fisicamente demarcadas.

O muro construído para proteção de “roubos e furtos” existentes na instituição nem de longe resolveu o problema, pois esta questão vai muito além desta relação de vizinhança. A barreira física definida pelo muro não resolveu os problemas de segurança e explicitou a diferenciação social,

Na contramão destes conflitos, desde os anos 90, várias unidades da USP desenvolvem trabalhos de pesquisa e extensão com a comunidade da Favela São Remo, como o Projeto de Extensão “Programa Avizinhar<sup>2</sup>”, da Pró Reitoria de Cultura e Extensão, e outros da FFLCH, ECA, FAU, Biologia entre outras.

Em 2011 a Reitoria da USP criou uma comissão para desenvolver o projeto de urbanização para áreas da USP ocupadas irregularmente, entre elas a Favela São Remo (Portaria nº 680, de 14/06/2011). Em dezembro do mesmo ano foi assinado um protocolo de intenção com a Secretaria Estadual de Habitação e Secretaria Municipal de Habitação para o desenvolvimento do projeto. Em 2016, a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano deu início ao “Diagnóstico Preliminar Sócio territorial do Assentamento São Remo”. Ele traz de forma pragmática leituras físicas do urbano e dados socioeconômicos para sustentar o projeto de urbanização, não realizando conexão entre uma leitura de campo e a história urbana e social da favela. Os resultados não se

---

<sup>2</sup> O “Programa Avizinhar” foi criado em 1998 com objetivo de estabelecer uma convivência respeitosa entre a USP e a população de baixa renda vizinha do campus e também entre a comunidade acadêmica e as crianças e adolescentes que usufruem do campus. O Programa tem como eixos de atuação as atividades educativas, acompanhamento familiar, escolar e comunitário; e redes de cooperação.

aprofundam, portanto, na compreensão tão delicada da relação de vizinhança, seus conflitos e interdependência.

## **RESULTADOS ANTERIORES**

Durante o último ano (2022-2023), foi desenvolvido um projeto PUB de pesquisa, com apoio da Prefeitura do Campus da USP da Capital (PUSP-C), denominado “Diretrizes para intervenção em favelas: Um olhar sobre a São Remo”, no qual foram levantados dados sobre o território e formuladas diretrizes iniciais que subsidiarão o trabalho da equipe de extensão universitária que atuará no atual projeto, com supervisão geral da PUSP-C e de um bolsista de Pós-Doutorado.

## **OBJETIVOS**

**Objetivo principal:** levantar as diversas demandas e necessidades da comunidade relativas à transformação territorial da área, com vistas à: 1. Promover anteprojeto urbanístico participativo de maior integração da mesma com a comunidade e com o Campus da USP; 2. Propor projeto preliminar participativo de melhorias urbanas no território.

**Objetivos secundários:** (i) promover articulação entre os agentes do território com o Campus da USP, com vistas a uma maior integração espacial e social entre a comunidade universitária e a São Remo; (ii) promover proposta que dê resposta às demandas e necessidades territoriais da comunidade São Remo e seus apoiadores, tendo em vista uma melhora da qualidade urbanística da área; (iii) promover projetos que possam ser levados a outras instâncias do poder público para serem executados.

## **MÉTODOS**

A metodologia proposta é de **caráter participativo entre técnicos(as) e comunidade**, com equipe composta por estudantes de graduação coordenados(as) por um(a) pesquisador(a) de pós-doutorado e supervisionados(as) por três professores da FAUUSP em diálogo com a PUSP-C. A metodologia participativa deve envolver:

1. Equipe interdisciplinar com atenção concomitante entre a dimensão técnica quantitativa e qualitativa, e a dimensão social de articulação e mobilização comunitária;

2. Incorporação dialógica de demandas, saberes, técnicas e práticas locais ao material final, articulando o processo e seus produtos de maneira negociada entre as diferentes forças sociais do território;
3. Incorporação de pessoas leigas ao processo técnico de projeto urbanístico, com formação das mesmas para se apropriarem tanto de sua linguagem para poder manipulá-la de acordo com suas demandas; quanto dos dados e insumos para potencializar sua capacidade propositiva;
4. Uso de tecnologia social ao longo do processo e no produto final, com uso de representações espaciais experimentais e adequadas à manipulação popular e, na medida do possível, proposta de técnicas de execução de obras que possam ser apropriadas por trabalhadores e usuários;
5. Uso da metodologia de Educação Popular com vistas à formação integral dos participantes, sendo o processo participativo de projeto urbanístico um meio de conquista de autonomia propositiva e organização da comunidade;
6. Abordagem que trabalhe os conflitos e demandas territoriais nos seus recortes interseccionais de classe, gênero, raça, etnia, geração e demais relações que possam representar desigualdades na proposição de transformações espaciais;
7. Formulação de produtos finais em espaços de decisão coletiva, de pactuação conjunta entre técnicos e comunidade.

## **DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS BOLSISTAS**

**Todos(as) os(as) bolsistas:** participação em reuniões semanais com toda a equipe; execução de materiais didáticos e colaboração nas apresentações para a comunidade e PUSP-C; participação das reuniões com a comunidade.

### **Equipe POLI e/ou POLI/FAU**

Bolsista 1: levantamento em campo da infraestrutura instalada e patologias físicas urbanas, em diálogo com a comunidade; colaboração na proposição de soluções técnicas adequadas às demandas da comunidade; apoio na execução de desenhos técnicos.

Bolsista 2: apoio no registro do levantamento em campo da infraestrutura instalada e patologias físicas urbanas; proposição de soluções técnicas adequadas com pesquisa em referências bibliográficas; execução de desenhos técnicos.

## RESULTADOS PREVISTOS E SEUS RESPECTIVOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO

1. Anteprojeto urbanístico participativo que promova integração da São Remo com o Campus da USP.
2. Projeto preliminar participativo de melhorias urbanas no território, com detalhamento adequado ao nível de um projeto de extensão universitária com alunos de graduação e sem contratação de projetos complementares de engenharia, arquitetura e cadastramento social.

Indicadores de avaliação:

1. Registros do processo participativo em relatório técnico-social que indique as atividades realizadas, metodologia, participação e resultados;
2. Proposta territorial final em formato duplo:
  - a. Para a comunidade: produto a ser desenvolvido em técnicas e formato final de acordo com o processo, adequadas à apresentação e divulgação públicas e que possa ser armazenada com a comunidade de forma aberta, com possibilidade de modificação futura de forma autônoma;
  - b. Para a Prefeitura do Campus: apresentação em formato digital que indique o processo de projeto e seus resultados, que possa ser manipulado em apresentações institucionais com parceiros; caderno impresso que indique o processo de projeto e seus resultados, com desenhos técnicos adequados ao formato A3; pranchas com desenhos técnicos com nível de detalhamento a ser acordado com a Prefeitura do Campus.

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

As atividades estarão organizadas seguindo as etapas do projeto em andamento, e estas dependem do grau de finalização de cada uma no exercício anterior:

**Etapa 1** – organização e sistematização das referências bibliográficas e base de dados territoriais e socioeconômicos sobre o território; instalação física da equipe; reconhecimento do território e de suas organizações; apresentação dos objetivos do projeto para a comunidade;

**Etapa 2** – reuniões e atividades participativas de projeto;

**Etapa 3** – execução de relatório parcial com resultados preliminares sociais e projetuais;

**Etapa 4** – execução de material de apresentação preliminar; apresentações para comunidade e PUSP-C;

**Etapa 5** – revisão de propostas preliminares;

**Etapa 6** – repactuação com comunidade e PUSP-C;

**Etapa 7** – execução de material de apresentação e relatório final.

Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Atividades	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
Etapa 1												
Etapa 2												
Etapa 3												
Etapa 4												
Etapa 5												
Etapa 6												
Etapa 7												

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. (Org.). Favela e Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: FINEP, 2009.

BALL, Michael, 'O desenvolvimento do capitalismo na provisão da habitação', E&D 36, 1992

BRASIL, Ministério das Cidades. Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2010. Disponível em: <[www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/Biblioteca/cartilha\\_REG.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/Biblioteca/cartilha_REG.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BRASIL, Ministério das Cidades. Política habitacional e a integração urbana de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Brasília, 2007.

CARDOSO, A.L. Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando desafios. XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento urbano e Regional. Belém: ANPUR, 2007.

CAVALCANTI, Mariana. DO BARRACO À CASA. Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. Rev. bras. Ci. Soc. vol.24 no.69 São Paulo.2009.

GRINOVER, M. M. ; ZUQUIM, ML. Didáticas para análise urbana em área precária: um estudo na São Remo em São Paulo. PÓS. REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP, v. 26, p. e150617, 2019.

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Estudo de avaliação da experiência brasileira sobre urbanização de favelas e regularização fundiária. Rio de Janeiro: Cities Alliance, Banco Mundial, 2002.

MAGNANI, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista brasileira de ciências sociais, 17(49), 11-29

MARQUES, E. Assentamentos Precários no Brasil Urbano. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

MAUTNER, Y. M. M. A periferia como fronteira da expansão do capital. In: DEAK, C, SCHIFFER, S. (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999

OLIVEIRA, Francisco A economia brasileira: crítica à razão dualista, São Paulo: *Estudos CEBRAP 2*

PASTERNAK, Suzana, MAUTNER, Yvonne, Alternativas de moradia popular em São Paulo, FAUUSP/FUPAM, Cadernos PRODEUR 5, São Paulo 1982

PASTERNAK, S. São Paulo e suas favelas. *Revista Pós*, FAUUSP, 2006.

SAMPAIO, M. R. A. D., & PEREIRA, P. C. X. (2003). Habitação em São Paulo. Estudos avançados, 17(48), 167-183. (disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200014))

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de São Paulo. *Plano Municipal da Habitação PMH 2009-2024*. São Paulo: PMSP-SEHAB, 2010.

ZUQUIM, M. de L. Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo: quem ganha e quem perde? II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-3.

ZUQUIM, M L; SANCHEZ, L. ; NAZARETH, M. B. F. ; BALLESTEROS, L. A. H. . Urbanização em disputa. Apropriação dos espaços públicos em Santo Domingo Savio (Medellín) e Vila Nova Jaguaré (São Paulo). F@RO (VALPARAÍSO. EN LÍNEA), v. 2, p. 83-103, 2019.4.

ZUQUIM, Maria de Lourdes; GRINOVER, M. M. . Cartografias de áreas precárias: um ensaio sobre ensino e pesquisa na pós-graduação da FAUUSP. REVISTA POLÍTICAS PÚBLICAS & CIDADES, v. 6, p. 1-13, 2018.

ZUQUIM, Maria de Lourdes; MAZO, L. M. S.(Org.) ; MAUTNER, Y. M. M. (Org.) . Barrios populares Medellín: favelas São Paulo. 1. ed. São Paulo: FAUUSP, 2017. v. 1. 310p